



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

XI Congresso luso

Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – GT 46 - Prostituição e trocas econômico-sexuais no mundo luso-afro-brasileiro

SEXO TRANSACIONAL ENTRE JOVENS MULHERES NA REGIÃO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL ENTRE ANGOLA E NAMÍBIA

Adriana de Araujo Pinho¹

Camila Alves M. Sampaio²

Ducelina Serrano³

¹Doutoranda em Epidemiologia da ENSP, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, RJ)

²Doutoranda em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

³Instituto Nacional de Luta contra Sida, Ministério da Saúde de Angola.

e-mail de contato: adriapinho@yahoo.com.br

A África subsaariana concentra o maior número de casos de Aids no mundo. Em 2009, 22,5 milhões de adultos e crianças viviam com HIV/Aids nesta região e estimavam-se 1,8 milhões de novas infecções entre adultos e crianças, de acordo com o último relatório global do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS, 2010). A transmissão heterossexual nesta região, como em outros países, inclusive no Brasil, responde pela grande maioria dessas infecções e majoritariamente as mulheres têm sido infectadas e afetadas pelo HIV. Ao redor de 76% das mulheres com HIV no mundo vivem na África Subsaariana. Nesse mesmo relatório, o sexo comercial é mencionado como um dos principais fatores que impulsionam a epidemia na região.

A relação entre sexo comercial ou prostituição e HIV/Aids tem sido objeto de estudos epidemiológicos e intervenções em saúde pública desde o início da epidemia, na década de 1980 quando as trabalhadoras sexuais juntamente com os chamados “quatro Hs” (*homosexuals, hemophiliacs, haitians e heroin-addicts*; quer dizer, homossexuais,



hemofílicos, haitianos e adictos em heroína) eram considerados “grupos de risco” sobre os quais discursos e práticas em prevenção, ou de interdição, recaíram. Antes mesmo desses quatro “grupos” terem sido “alvo” de intervenções no contexto da epidemia de Aids, as prostitutas e a prostituição permeavam os discursos e práticas médicas e sociais (inclusive policiais) na luta contra as “doenças venéreas” particularmente a sífilis no século XIX sob intervenções de natureza ora regulamentarista ora abolicionista (Carrara, 1994).

Ao final da década de 1980, pesquisadores bem como ativistas do movimento de direitos das mulheres já apontavam a natureza técnico/pragmática e prescritiva dos discursos científicos que norteavam os estudos e intervenções em Aids entre trabalhadoras sexuais. De Zalduondo (1991), por exemplo, descreve duas perspectivas que organizavam este campo de intervenções. Uma delas seria a perspectiva técnica-pragmática, que também norteia o discurso epidemiológico do risco, que dá ênfase ao comportamento individual sem interesse nos determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos da prostituição, e na complexidade das motivações e significados dessas práticas para os indivíduos envolvidos. Esta perspectiva informou (e ainda informa) a maioria das intervenções em saúde pública que tem o indivíduo como *locus* de intervenção. A segunda seria a perspectiva de caráter prescritivo, mais antiga, presente em diversas culturas ocidentais e não-ocidentais, e que se caracteriza por formas em que a sexualidade, particularmente a feminina, é alvo de interdição e controle. A prostituição, seguindo uma lógica mais pedagógica-disciplinar e moralizadora de intervenção, é condenada sob preceitos morais e religiosos mas também sanitários, contribuindo, assim, para as atitudes estigmatizantes e práticas hostis direcionadas às prostitutas, que eram percebidas como “aquelas que espalhavam a Aids”. Ambas as perspectivas, como notou De Zalduondo (1991), ignoram o contexto sócio-cultural e econômico, as relações de poder/gênero nas sociedades e excluí a responsabilidade dos homens nessas relações. Mas deve-se salientar aqui a emergência ainda no início da década de 1990, em consonância com a crítica apontada por Zalduondo (1991), de um conjunto novo de proposições para implementar estratégias de prevenção à Aids para além da esfera individual, considerando os planos macro-estrutural e social em



que os indivíduos viviam, uma vez que a pobreza e a falta de acesso a serviços e programas de saúde estavam cada vez mais relacionados à vulnerabilidade dos indivíduos à epidemia (Ayres et al., 1999)

Sob as perspectivas técnico-pragmáticas e prescritivas apontadas acima, De Zalduondo (1991) ainda menciona alguns elementos que explicam a ênfase das pesquisas e intervenções em HIV/Aids em dirigir suas atenções e ações a trabalhadoras sexuais, que já eram alvo privilegiado de intervenções sociais e sanitárias desde o século XIX no controle da sífilis, como já apontado. Primeiro, os estudos epidemiológicos prévios, de fato, mostravam o risco acrescido de trabalhadoras sexuais de adquirirem infecção pelo HIV, pois, dentre outros fatores, estariam mais expostas a maior número de parceiros sexuais. Segundo, uma vez que a soroprevalência de HIV se mostrava maior entre trabalhadoras do sexo comparativamente à prevalência da “população em geral”, era mais custo-efetivo para as pesquisas focalizarem segmentos cujo tamanho amostral mínimo para realizar inferências estatísticas válidas seria menor do que para a população geral. Além disso, intervenções delineadas particularmente em locais com limitada disponibilidade de recursos em saúde e educação seriam menos custosas e mais efetivas por requererem uma ação direcionada a indivíduos considerados de maior risco à exposição.

No entanto, as pesquisas e intervenções em saúde pública dirigidas às trabalhadoras sexuais ou prostitutas, em particular, se depararam (e ainda se deparam) com dificuldades em dois planos, um empírico e outro teórico-operacional. No plano empírico, encontravam-se dificuldades relacionadas ao acesso a populações envolvidas em práticas ilegais e/ou estigmatizantes, ou ainda porque as formulações identitárias nem sempre eram compatíveis às categorias usadas pelos estudos epidemiológicos. No plano teórico-operacional, há dificuldades relacionadas à forma como a prostituição ou trabalho sexual são definidos e medidos nesses estudos. No que tange este último aspecto, De Zalduondo (1991) menciona a pretensão universalista das definições de prostituição utilizadas nos estudos epidemiológicos que pouco consideravam a variação das formas, circunstâncias e relações



sociais em que as trocas econômico-sexuais ocorriam □ e que nem sempre correspondiam às definições ocidentais estabelecidas para sexo comercial ou prostituição □ , bem como a falta de descrição de quem eram suas populações sob estudo, o que dificultava comparações entre os estudos realizados em diferentes contextos sócio-culturais, método tão caro à epidemiologia.

Ainda sob um paradigma comportamental, Stillwaggon (2003) também mostra como os estudos de base sociológica ou epidemiológica dos primeiros quinze anos da epidemia de Aids especificamente no continente africano foram marcados por uma visão etnocêntrica em que os altos níveis da epidemia eram explicados por diferenças comportamentais (e culturais) que via numa suposta “hipersexualidade” dos povos africanos, com a multiplicidade de parceiros sexuais e a prostituição vistas como práticas comuns, a causa da epidemia galopante na região, sem evidência empírica ou ainda distorcida, com base em estudos etnográficos ou comportamentais pré-existentes. Como bem nota Cáceres (2004: 38),

“La creciente epidemia Africana revivió desde la epidemiología y la salud pública en occidente, la visión colonial de la antropología de fines del siglo XIX acerca de los exóticos nativos. Comenzó a gestarse un discurso sobre una epidemia galopante debido a prácticas sexuales descontroladas, con gran intercambio de parejas; la inclusión de las mujeres se entendió como resultado de una supuesta práctica generalizada de la prostitución; y se presumió además un papel para ritos sexuales y otras prácticas mágicas. No obstante, las investigaciones no encontraron necesariamente una epidemia vinculada a números exorbitantes de parejas sexuales, ni a prostitución generalizada, ni a ritos oscuros. Encontraron, en cambio, una epidemia relacionada a otras enfermedades de transmisión sexual, a frecuentes migraciones producidas por situaciones de crisis económica, y a patrones de sexo compensado entre mujeres jóvenes y hombres mayores que no correspondían exactamente a prostitución”.

Acrescenta-se a esta última sentença, que pela dificuldade dos observadores internacionais de entender e operacionalizar em suas investigações fenômenos sociais mais



complexos transpunham suas concepções ocidentais de sexo comercial a qualquer troca material e/ou financeira em relacionamentos íntimos. Para dar conta deste último aspecto, uma terminologia tem recebido cada vez mais destaque no contexto das pesquisas em ciências sociais e epidemiologia sobre HIV/Aids na África, denominada “sexo transacional”.

O “sexo transacional” tem sido definido em oposição à prostituição, embora seja retratado como comportamento que compartilha algumas similaridades com o sexo comercial ou prostituição. O sexo transacional diferiria da prostituição, segundo vários autores que realizaram estudos em diferentes países da África Sub-Saariana (Hunter, 2002; Kaufman & Stavrou, 2004; Swidler et al., 2006), nos seguintes aspectos: as mulheres e homens envolvidos nesse tipo de relacionamento são considerados “namoradas” ou “namorados”, a oferta de presentes em troca ou em retribuição implícita ao sexo seria uma prática comum, e a natureza da transação poderia envolver ou não dinheiro, mas quando presente, não estaria intrinsecamente relacionado a um pagamento acordado, sucedendo ou precedendo, o relacionamento sexual.

Há uma crescente literatura epidemiológica com o aporte das ciências sociais sobre como a dinâmica heterossexualizada da epidemia de HIV na África subsaariana tem sido, em grande medida, explicada por três elementos concernentes ao comportamento sexual, muitas vezes, retratados como peculiares ao continente africano e inter-relacionados: a concomitância de parcerias sexuais, a assimetria etária e econômica em relacionamentos afetivo-sexuais entre homens, normalmente mais velhos, e mulheres (denominado por “sexo intergeracional”) e o engajamento em relacionamentos motivados principal ou exclusivamente por transação financeira e/ou material, o chamado “sexo transacional” (Shelton, 2009; Price & Cates, 2007; Wyrod et al., 2010; Luke & Kurz, 2002; Chatterji et al., 2004).



Mas se parecia não haver um consenso sobre uma definição e operacionalização do conceito de prostituição nos estudos epidemiológicos e sociológicos sobre Aids na África ou em outros continentes, tampouco o termo “sexo transacional” em uso tem se visto livre das mesmas dificuldades conceituais-operacionais ou pressuposições. Sobre este último aspecto, o termo “sexo transacional”, como ocorreu com vários estudos sobre o papel do sexo comercial ou prostituição na dinâmica da epidemia de HIV na África, foi caracterizado, muitas vezes, como um comportamento peculiar ao continente africano. Um dos artigos mais citados pela literatura em ciências sociais e políticas públicas sobre HIV/Aids na África (Caldwell & Quiggin, 1989) retrata a presença de elemento transacional nos relacionamentos íntimos mais como norma do que exceção. Caldwell & Quiggin (1989) afirmam que *“transactions relating to sexual activity have been looked upon in Africa as equally normal as those relating to work, and it is their absence rather than their presence that is likely to arouse surprise or even disgust”*. Porém, como Stillwaggon (2003: 823) em revisão crítica deste trabalho afirma:

“Transacional sex is not the norm anywhere, but its existence in rich countries is overlooked even though it is discussed openly. The US beauty magazine, Allure, marketed to teenagers and young women, ran a feature article entitled ‘Tricks for Treats’ that was an instruction manual for securing expensive gifts from wealthy men through sex. Does Allure’s monthly circulation of 1,000,000 signal that transactional sex is the norm in the United States?¹”.

Quanto às dificuldades conceituais-operacionais, estas referem-se, particularmente nos estudos epidemiológicos, a dificuldades em se definir e operacionalizar comportamentos compatíveis com o que tem sido chamado de “sexo transacional”. Tem-se observado certa confusão nessa tentativa de conceitualização, com o “sexo transacional”, muitas vezes, sendo retratado como uma forma nuançada e metonímica de sexo comercial.

¹ “Sexo transacional não é a norma em nenhum lugar, mas sua existência em países ricos tem sido omitida ainda que seja abertamente discutida. A revista de beleza Americana, Allure, dirigida a adolescentes e mulheres jovens publicou um artigo intitulado ‘Truques por regalos’ que era um manual de instrução para conseguir presentes caros de homens ricos por meio do sexo. A circulação de 1,000,000 de exemplares da Allure mensalmente sinaliza que sexo transacional é a norma nos Estados Unidos?” [tradução livre]



Dois grandes revisões realizadas sobre sexo intergeracional e transacional advêm da análise de estudos conduzidos em mais de 10 países da África Sub-saariana. Nelas, observa-se que não há clara definição sobre o que é sexo transacional e aquelas existentes ou a forma como foi perguntado confundem-se com a de sexo comercial. Na revisão realizada a partir da análise das Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS) conduzidas em 12 países da África subsaariana de 1994 a 1999, Chatterji et al. (2004) utilizam a seguinte definição de “sexo transacional”: *Have you given or received money, gifts, or favors in return for sex at any time within the last 12 months*².

Em outra revisão, quase que concomitante com a anterior, realizada em 10 países da África subsaariana (com apenas dois países sobrepostos – Nigéria e Quênia) entre 1994 e 2001, Luke & Kutz (2002) utilizam a definição de “*exchange sex for money, gift and favors*”³. Definições que não parecem distinguir muito daquela empregada na primeira revisão de dados de natureza epidemiológica e antropológica sobre prostituição e Aids e que tem sido amplamente utilizada nas investigações em que os autores definem mulheres prostitutas como “*individuals who exchange sex for money, drugs or gifts*”⁴ (Day, 1988; Padian, 1988).

Salienta-se que mesmo os autores das duas revisões sobre sexo transacional supracitadas mencionam que o uso da expressão “exchange sex for” (sexo em troca de) nas perguntas pode ter prevenido as mulheres de reportarem essa prática (enquanto “sexo transacional”) pois poderiam vê-la como prostituição. Mas da forma como foi definido e operacionalizado, a distinção entre sexo comercial e transacional não fica clara nem para as participantes e parece que nem para os pesquisadores. Parte desta aparente confusão poderia ser em decorrência de um entendimento de trocas no contexto das relações sexuais enquanto uma transação comercial (“*commodity exchange*”) de que o significado da

² Você deu ou recebeu dinheiro, presentes ou favores em retribuição a sexo em algum momento nos últimos 12 meses? [tradução livre]

³ Sexo em troca de dinheiro, presentes ou favores [tradução livre]

⁴ Indivíduos que fazem sexo em troca de dinheiro, drogas ou presentes [tradução livre]



prostituição se revestiria, do que enquanto uma transação baseada na dádiva ou como troca de presentes (“*gift exchange*”) podendo ocorrer em qualquer relacionamento afetivo-sexual. Como também advir da dificuldade dos pesquisadores, principalmente de observadores internacionais e ocidentais de distinguirem esses dois tipos de transações, uma vez que sob uma ideologia ocidental-“moderna” fundamentada no amor romântico, dinheiro e amor não andariam juntos, pois a motivação do afeto não estaria relacionada a bens materiais, mas a características individuais de caráter que seriam intransferíveis (Viveiros de Castro & Araújo, 1977). Sob esta perspectiva, a presença de transação financeira em relações afetivo-sexuais configuraria sexo comercial, já que o dinheiro é a expressão máxima de uma transação comercial. No entanto, salienta-se que a troca ou transferência de dinheiro no contexto de relações íntimas pode se configurar como um presente ou ajuda em vez de um pagamento por um serviço prestado, o que lhe distinguirá será o tipo de relacionamento dentro do qual a troca econômica/financeira ocorre.

Carrier (1991) diferencia, à luz do clássico estudo de Marcel Mauss “O ensaio sobre a dádiva” (1950), “*gift exchange*” de “*commodity exchange*” em relações sociais. A transação baseada na dádiva sob uma visão maussiana teria como elementos característicos: a) a obrigatoriedade da transação (de dar, receber e retribuir) que (re)cria expectativas de reciprocidade entre o doador e o receptor; b) os objetos serem inalienáveis, ou seja, são “parte” das pessoas que os trocam, (re)afirmando o vínculo social entre elas, rejeitar um presente seria de alguma forma rejeitar o doador e o relacionamento; c) as pessoas que fazem a transação são relacionadas e obrigadas mutuamente, e a fazem dentro de um tipo ou estrutura de relacionamento social e pessoal com respectivos significados. Já a transação comercial ou de mercado não pressupõe a retribuição como reafirmação de um relacionamento social; as partes são independentes uma da outra, e uma vez que a compra ou venda se efetue com o (recebimento de) pagamento o relacionamento se dissolve; os objetos sob transação são alienáveis de quem os troca (vende ou compra) ou de quem os possuía originalmente, podem ser adquiridos ou substituídos sem nenhum vínculo com as pessoas neste tipo de relacionamento; as pessoas são relacionadas e obrigadas mutuamente



mas estão posicionadas dentre de um “sistema de produção e reprodução”, de impessoalidade que não liga a coisa à pessoa.

Poder-se-ia pensar, então, o sexo transacional mais como uma forma de “gift exchange” e o sexo comercial como uma “commodity exchange”. No sexo comercial a identidade social e características pessoais do “comprador” do serviço geralmente não são importantes, o que importa é sua condição e disposição de pagar pelo serviço. O trabalho prestado é alienável, pois poderia ser adquirido com qualquer trabalhadora sexual, embora sob critérios de escolha (beleza, preço, percepção de higiene ou de ser saudável, entre outros). Os parceiros são vistos como clientes, a relação envolve um preço previamente acordado, é implícita ou explicitamente limitada no tempo, e não pressupõe compromissos para transações futuras e nenhum relacionamento social (De Zalduondo, 1991).

No chamado “sexo transacional”, por outro lado, os relacionamentos são pessoais e as transações materiais e/ou financeiras reafirmam o vínculo entre as partes, são vistas como obrigatórias e recíprocas (a concessão de sexo como “retribuição” ao bem material e/ou financeiro adquirido). Entretanto, expressões de afeto e consideração, identidade social e características dos parceiros importam, pois representam a possibilidade de aquisição de prestígio e status social. Os relacionamentos se revestem de compromissos mútuos com expectativas de transações futuras ou de se tornarem relacionamentos “normativos”.

Mas se visto dessa forma, tal categorização poderia, por outro lado, levar a uma superestimação da magnitude do sexo transacional, uma vez que a expectativa de dar, receber e retribuir presentes, estes sendo materiais e/ou financeiros, está presente no contexto de relacionamentos íntimos em qualquer parte do mundo. Nem o sexo comercial poderia ser pensado como relações impessoais, pois muitas prostitutas criam vínculos com seus clientes (regulares) para além de uma transação comercial. Tal categorização também não consideraria o caráter temporal e circunstancial do qual se revestem tais práticas, ou



seja, longe de serem categorias estanques e definidoras de uma situação estática, atemporal, as mulheres envolvidas em tais relacionamentos podem se mover de uma situação a outra.

Como coloca Carrier (1991) “*gifts and commodities represent not exclusive categories, but poles defining a continuum*”⁵, e às vezes, as linhas que os separam podem ser bastante tênues. Relacionamentos podem se iniciar ou serem mantidos por uma motivação exclusivamente material e/ou financeira, e tal motivação pode vir a coexistir com outra de caráter emocional/afetivo, por exemplo. Como bem coloca Hoefinger (2010: 270) em estudo etnográfico com mulheres envolvidas em sexo transacional no Cambódia,

*“Only those involved can ever really know when those boundaries are crossed, when status changes, when customers shift to boyfriends, when prostitutes shift to professional girlfriends, when commercial payments change to gifts, when transactional relationships change to normative relationships, and when performed feelings turn to real feelings. Often, those borders and shifts remain ambiguous, and people straddle between them”*⁶.

Deve-se reconhecer que alguns pesquisadores da área de ciências sociais ou de epidemiologia social no âmbito das pesquisas em Aids, cientes da fluidez e circunstancialidade de tais práticas, tentam distinguir o “sexo transacional” das relações mais normativas com parceiros estáveis ou principais que também têm elementos transacionais daquelas com parceiros ocasionais, motivadas exclusivamente pela troca afetivo-sexual (Dunkle et al., 2004; 2008; 2010). Deste modo, tentam olhar a questão menos da perspectiva de enquadrá-las em categorias definidas e estanques do comportamento e mais como um processo social complexo das dinâmicas de troca e poder nos relacionamentos íntimos. O que parece ser um elemento importante que faz o chamado “sexo transacional” se distinguir das demais transações inseridas em relacionamentos

⁵ Presentes e mercadorias representam não categorias exclusivas mas pólos definindo um continuum [tradução livre]

⁶ “Somente aquelas envolvidas podem realmente saber quando aquelas fronteiras são cruzadas, quando o status muda, quando os clientes se tornam namorados, quando prostitutas se tornam namoradas profissionais, quando pagamentos comerciais se tornam presentes, quando relacionamentos transacionais se tornam relacionamentos normativos, e quando sentimentos performáticos se tornam sentimentos reais. Frequentemente, aquelas fronteiras e mudanças permanecem ambíguas, e as pessoas cavalgam entre elas”.



normativos é o engajamento em relacionamentos motivados principalmente ou exclusivamente pela expectativa de receber bens materiais ou financeiros e, principalmente, com mais de um parceiro sexual simultaneamente.

Devido à fluidez e circunstancialidade dessas categorias, é um desafio para as intervenções em prevenção em HIV/Aids o direcionamento de mensagens a pessoas que não se identificam nem como “prostitutas” tampouco como “jovens envolvidas em sexo transacional”. Mas, o que se tem colocado em pauta nesses estudos é que do ponto de vista epidemiológico, as mulheres jovens e adultas envolvidas nesses tipos de relacionamentos parecem ter um risco acrescido de adquirirem a infecção pela exposição a parceiros potencialmente de risco (geralmente mais velhos com maior tempo de exposição acumulada a parceiras sexuais, e com melhor situação sócio-econômica e status social, gerando dependência das mulheres e expectativas de reciprocidade com acesso a sexo e sem preservativo), como mostram diversos estudos (Luke, 2005; Luke & Kurz, 2002; Gregson et al., 2002; Dunkle et al., 2004).

Para exemplificar as nuances e características das categorias de “sexo transacional” e “sexo comercial”, apresenta-se, a seguir, a dinâmica de trocas econômico-sexuais num contexto de região fronteiriça entre Angola-Namíbia a partir de um estudo epidemiológico sobre HIV entre jovens potencialmente envolvidas em “sexo transacional”.

O “sexo transacional” e/ou o “fazer a vida” numa região de fronteira internacional

Angola apresenta as mais baixas prevalências de HIV na população em geral dentre os países africanos do cone austral: em 2007 estimou-se que 2,1% da população adulta no país estivesse infectada (Angola, Ministério da Saúde, 2008). Especula-se que o isolamento devido ao longo período de guerra civil no país possa ter contribuído para a menor prevalência comparativamente a países vizinhos (Gisselquist, 2004). Entretanto, após o fim da guerra civil em 2002, iniciou-se a abertura de suas fronteiras, gerando um grande comércio internacional e uma crescente urbanização com significativa melhoria das



rodovias, o que têm facilitado a mobilidade para e de países vizinhos, onde a epidemia de HIV é generalizada em níveis muito altos, bem como intenso processo migratório e de mobilidade transfronteiriça. A província do Cunene, que faz fronteira com a Namíbia, apresentou em 2007 uma prevalência estimada de HIV de 9,4%, a maior dentre as 18 províncias angolanas (Angola, Ministério da Saúde, 2008). A província do Cunene faz fronteira com a região de Oshana, ao norte da Namíbia, onde estima-se que um quarto da população esteja infectada pelo HIV (Namibia, Ministry of Health and Social Services, 2008).

A região fronteira Angola-Namíbia é habitada majoritariamente por pessoas de origem étnico-linguística Kwanhama, o maior sub-grupo da etnia Ovambo. O território tradicional do Reino *Oukwanyama* foi dividido em dois territórios no século XIX, em declaração de 1886, sob administração das potências coloniais Portuguesa e Alemã. A partir desta divisão, uma nova dinâmica social, econômica e cultural se instaurou na região caracterizada por uma reorganização das relações sociais e políticas sob dois regimes coloniais diferentes. A demarcação fronteira dificultou a circulação entre as redes de parentesco e de comércio que tiveram que reelaborar suas formas de interação. Com as guerras anti-coloniais e civis, as dificuldades de manutenção de redes de sociabilidade transfronteiriças foram ainda maiores e houve um deslocamento forçado e a separação/dispersão de famílias para outras províncias angolanas ou países vizinhos, inclusive para a Namíbia. Uma geração de jovens mulheres e homens cresceu em um território já dividido e sob novas identidades sociais, nos quais a nacionalidade é acionada em algumas situações como marcador de diferença e fronteiras simbólicas são colocadas por meio de elementos identitários como a língua, vestuário, acesso ou não à educação, bens e serviços, técnicas corporais, comportamento, dentre outros.

A fronteira tem sido marcada por um acelerado processo de urbanização, incluindo a ampliação e modernização de um Porto Seco, constituindo-se um importante posto alfandegário de Angola. Tal situação tem contribuído para o incremento do fluxo e volume



do transporte terrestre de mercadorias e, através destes, a presença de um número expressivo da população móvel e migrante, constituída principalmente por comerciantes, trabalhadores do transporte de carga e jovens homens e mulheres, advindos de áreas urbanas e rurais, que se deslocam para a região para “fazer negócios”.

Nesses contextos de fronteira, geralmente há uma intensa circulação de pessoas, de mercadorias e de valores, o que acabam por aglomerar além da população residente, diferentes segmentos da população móvel e migrante atraídos pela economia de mercado local assim como pela “*economia do desejo*”, que seriam transações sociais impulsionadas pelo desejo de experimentar o novo e exótico longe do escrutínio de sua comunidade de origem e guiadas pela lógica do mercado. Combinadas, essas economias constituem o que alguns autores definem como um elemento básico das zonas fronteiriças (Lyttleton & Amarapibal, 2002). Geralmente, a presença da população móvel masculina nessas regiões de fronteira é constante, formada por trabalhadores do transporte de carga, oficiais da polícia fiscal/aduaneira e de fronteira e negociantes formais ou informais. O grande fluxo de homens que estão temporariamente ali faz com que a demanda por relações sexuais torne-se alta.

Diante desse contexto e do quadro epidemiológico da Aids nessa região, o Instituto Nacional de Luta contra Sida de Angola com o apoio do Programa Global de Aids dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC/GAP) solicitaram a realização de inquéritos de vigilância epidemiológica entre populações consideradas mais vulneráveis à epidemia na região, entre elas a de trabalhadoras sexuais e caminhoneiros na capital Luanda e na região de fronteira, na província do Cunene. Em 2008, como fase preparatória do inquérito, uma pesquisa formativa foi conduzida na capital e na região de fronteira. O que se observou foi que formas distintas de trocas econômico-sexuais se configuravam nessas duas regiões. Em Luanda, a prática de sexo comercial era explícita nas ruas, em pensões ou em boates, e as mulheres engajadas nesta atividade nomeavam a atividade que faziam como prostituição e se reconheciam como prostitutas, embora fosse comum usarem outros termos



para nomearem essa atividade como “*fazer a vida*”, ou “*sarro*”, sendo os clientes chamados de “*sarritos*” e as trabalhadoras sexuais de “*sarritas*”. Havia explícita cobrança de dinheiro em troca de sexo, com valores negociados diretamente com os clientes. Embora houvesse identificação de “ser sarrita” como “ser prostituta”, as mulheres apresentavam dificuldades em falar sobre a atividade que praticavam e grande receio de que sua família e conhecidos soubessem do seu trabalho. A família geralmente não sabia sobre seu trabalho sexual, e aquelas que moravam em suas casas, saíam dizendo que iam trabalhar como “*zungueiras*” (vendedoras ambulantes).

Já na região fronteira, na província do Cunene, o que se observou foi que jovens mulheres mantinham, muitas vezes em concomitância com relacionamentos normativos (com namorados ou maridos), relacionamentos com homens, geralmente mais velhos e de melhor nível sócio-econômico, chamados de “amigos” ou mesmo de “namorados”, mas cuja motivação principal para estar no relacionamento era a possibilidade de transação financeira e/ou material advinda do parceiro. O dinheiro era um dos itens de troca, mas este era visto como uma ajuda financeira para a jovem ou à sua família, associado também à compra de um presente. As relações em que a transação financeira era explicitamente ligada à troca de sexo eram associadas às mulheres “*que faziam vida*” (também nomeadas como prostitutas) e alvo de grande estigmatização. A prática da prostituição era apontada, de maneira acusatória pelas jovens angolanas, como algo comum entre mulheres namibianas que habitualmente atravessavam a fronteira para fins de trabalho informal ou visitar parentes e amigos⁷. Foi comum as jovens terem mais de um parceiro afetivo-sexual, geralmente, a presença regular de um parceiro fixo cuja principal motivação era afeto, amor e suporte emocional (chamado de “namorado”) concomitantemente com o relacionamento com parceiros cuja principal motivação era a transação financeira e/ou material (chamados de “amigos”).

⁷ Sobre o processo de estigmatização de mulheres namibianas, conferir comunicação do GT 57, *Espaços Urbanos Transnacionais: Fronteiras, Liminaridades e Alteridades*, no presente congresso (Sampaio & Pinho, 2011).



Diante do contraste aparente entre essas duas formas de trocas econômico-sexuais, ou seja, uma prática compatível com sexo comercial em Luanda e outra mais compatível com o que os estudos em epidemiologia social da Aids na África chamavam de “sexo transacional” (embora não fossem comportamentos impermeáveis ou que não coexistissem na mesma região ou momentos da vida dessas jovens) recomendou-se que o inquérito futuro não fosse com “trabalhadoras do sexo” e sim com jovens envolvidas em “sexo transacional”.

A partir dos resultados da pesquisa formativa, então, considerou-se como critério de inclusão no inquérito de vigilância epidemiológica realizados na região fronteiriça mulheres entre 15 e 24 anos que tivessem tido sexo com pelo menos dois parceiros sexuais nos últimos dois meses esperando receber ou que tivessem recebido presentes, dinheiro ou alguma coisa de valor de pelo menos um deles, pois era comum as jovens terem um namorado e mais um parceiro com quem a transação financeira e/ou material era a principal motivação. Além disso, o curto intervalo de tempo considerado de dois meses permitia uma aproximação maior para avaliar relações múltiplas e simultâneas, comuns no “sexo transacional”. Realizou-se, a partir daí, uma investigação quanti-qualitativa no âmbito de um inquérito de vigilância sorológica e comportamental para HIV/Aids na província, em 2010, com 502 jovens angolanas, além de 38 entrevistas semi-estruturadas com 24 mulheres angolanas e 14 namibianas . A seguir são discutidos, preliminarmente, alguns dos achados do componente qualitativo⁸.

A expectativa (de) e recebimento de dinheiro ou outros bens materiais pelas mulheres em relações afetivo-sexuais, sejam estas maritais, pré ou extra-maritais está presente nas representações dos papéis de gênero que as jovens expressavam. Espera-se que os parceiros sexuais dêem dinheiro, presentes ou outros itens de valor como expressão do amor e consideração a elas e, de forma recíproca, eles esperam ter acesso ao sexo. Além disso,

⁸ O conteúdo e opiniões deste texto decorrentes da análise preliminar desses dados são de responsabilidade exclusiva das autoras e não expressam necessariamente àquelas das instituições envolvidas.



segundo as jovens, também representa a expressão de *status* e poder dos homens perante seus pares, com a manutenção de várias parceiras por meio da oferta e entrega de dinheiro, outros bens materiais e presentes. Duas categorias de relacionamentos sexuais não-maritais em que o elemento transacional se fazia presente : o relacionamento com os “namorados” e o relacionamento com os “amigos”. Geralmente os namorados, assim como os maridos, correspondiam aos relacionamentos normativos, ou seja, que estão de acordo com padrões sociais e culturais locais de relações estáveis e de fidelidade esperadas das mulheres. Eram parcerias fixas ou regulares, apresentados à família da jovem, com maior tempo de relacionamento e expectativas de um futuro conjugal. As jovens se referiam aos namorados com expressões de afeto e amor; como um cuidador e conselheiro. Consoante ao contexto no qual ao homem cabe o papel de provedor, as narrativas das jovens demonstravam que havia expectativas de receber presentes, alguma ajuda financeira ou algo de valor do namorado. Porém, a principal motivação para o relacionamento com o “namorado” não era a possibilidade da transação material ou financeira, o que, por sua vez, era central no relacionamento com os “amigos”. Ainda que o elemento transacional possa estar presente nesta modalidade de relação, ele não é condição para que ela se efetue.

Para as jovens, os “amigos”, por sua vez, podem ser parceiros ocasionais ou regulares que lhes provêm financeiramente ou lhes dão algum bem material por elas desejado, sendo, geralmente, mais velhos e com melhor situação socioeconômica que elas. Os “amigos” são também chamados de “curti”, que significa curtição/diversão. A principal motivação para a jovem estar num relacionamento com o amigo é a expectativa de transação de algum bem material ou ajuda financeira. No entanto, um amigo pode se tornar um namorado e, este por sua vez, marido, ou seja, a transação esperada deixa de ser exclusivamente material, agregando afeto e expectativas de um futuro conjugal. Mas estrategicamente como uma forma de adquirir confiança dos “amigos”, algumas jovens dizem para estes parceiros que elas eram suas namoradas e eles seus namorados. Dessa forma, eles poderiam acreditar que eram os únicos parceiros da jovem e lhes proveriam melhor.



Expressões de amor romântico eram, principalmente, direcionadas aos namorados, mas também aos “amigos” com quem elas tinham pretensões de que viessem a ser seus namorados. A suspensão da transação financeira ou material pelo “namorado” era interpretada, na maioria das vezes, como temporária, podendo ser tolerada na expectativa de obter ajuda no futuro.

Embora o elemento transacional esteja presente em todas essas formas de relacionamentos, o chamado “sexo transacional” se distinguiria pelo engajamento em relações com parceiros sexuais concomitantes cuja motivação é exclusivamente pela expectativa (de) e recebimento de dinheiro ou outros bens materiais, ou ainda de *status* e prestígio junto aos seus pares. Entretanto, a configuração do chamado “sexo transacional”, por vezes, se confundia nas narrativas com a categoria êmica “fazer a vida”, utilizada pelas jovens para definir mulheres que têm muitos parceiros (“namoram à toa”), trocam de parceiros frequentemente, não trabalham, e vivem da transação financeira obtida e explicitamente associada ao sexo, o que se aproxima mais da categoria “prostituição”. “Fazer a vida” ou se prostituir é objeto de estigmatização e moralmente condenado e, de maneira acusatória, associado majoritariamente às jovens namibianas, chamadas, muitas vezes, de “caça-rands”, “putas” ou “bandidas”, mesmo embora elas reconheçam que também há jovens angolanas “a fazer a vida” na região. Deve-se salientar que o engajamento em tais práticas, sejam elas de natureza mais “transacional” ou “comercial” não são processos excludentes e definidos no tempo, mas preferencialmente são processos que dependem da circunstancialidade e contingência da vida.

Como já mencionado, a transação financeira não é o elemento que distinguiria o “sexo transacional” da prostituição, pois, como observado, o dinheiro é o importante elemento transacional entre namorados e amigos, mas sim a forma e o contexto em que se dá a transação. Mesmo entre jovens entrevistadas que declararam “fazer a vida”, não houve relato de negociação explícita de dinheiro em troca de sexo, e muito menos o reconhecimento de que tal prática fosse sexo comercial.



A natureza das transações que se estabelecem nos relacionamentos afetivo-sexuais com os “namorados” e “amigos” pode ter valor material, afetivo e simbólico. Embora o recebimento de dinheiro ou outros bens materiais pelas jovens mulheres se faça presente tanto nas relações com os “namorados” quanto com os “amigos”, o afeto e expressões de amor e consideração são esperados dos “namorados”. Reciprocamente, os namorados e amigos esperam, na perspectiva das jovens, receber algo em retribuição; no caso dos namorados, sexo pré-marital, mas também fidelidade da jovem mulher, além de ajuda em trabalhos domésticos. No caso dos amigos, o sexo é a principal expectativa de reciprocidade dos homens.

Mas o elemento de transação com importância epidemiológica é o uso ou não de condom em relações sexuais com os parceiros com quem as jovens têm relacionamentos de natureza exclusiva ou principalmente “transacional”. Observou-se que o não uso de condom também se configura como um importante elemento de barganha utilizado pelos parceiros das jovens, em função da ajuda financeira, material ou outros bens dados, o que torna a negociação do sexo seguro pelas jovens muito mais difícil. Embora a anuência de sexo sem preservativo possa estar implícita no processo de transação, o parceiro pode se valer do argumento da reciprocidade esperada com o não uso de condom, caso a jovem insista no seu uso. Caso este argumento não seja suficiente, os parceiros podem lançar mão de comportamentos violentos, com insistência e coerção física para o ato sexual.

Considerações Finais

O chamado “sexo transacional” ou a troca econômico-sexual investigada aqui é, como qualquer outra, uma forma de transação social e, como tal, envolve regras e normas de transação e expectativas de reciprocidade de benefício mútuo entre os atores envolvidos na transação (Cropanzano & Mitchell, 2005). A partir das narrativas das jovens, observa-se



que muitas estão cientes deste processo interacional de maneira, por vezes, implícita e por outras, se necessário, explícita. De um lado, a jovem se envolve com um homem, propositalmente mais velho e com melhor nível sócio-econômico, em busca de suporte principalmente ou exclusivamente material e financeiro, diante de um contexto social e econômico percebido como desfavorável, além da chance de adquirir prestígio e *status* social. De outro, tem-se o homem que reciprocamente espera ter acesso sexual como uma forma de retribuição pela “ajuda” fornecida, além de obter prestígio e *status* social entre seus pares que este acesso lhe proporciona. Nessa interação, há um claro desequilíbrio de poder econômico e simbólico, em que os homens dispõem de maior acesso aos recursos econômicos, o que fomenta relações de dependência por parte das jovens mulheres. Essa relação de dependência acaba dificultando ou impedindo as jovens de negociar as normas e regras da transação. A recusa ao sexo, por exemplo, torna-se uma “violação” a essas normas e regras e uma quebra da expectativa de reciprocidade do parceiro, podendo gerar episódios de violência (ou ameaças de violência) física e/ou sexual contra a mulher. Além do sexo, outro importante elemento de transação nesta interação é o (não)uso de condom por parte dos homens.

O marcante desequilíbrio de poder econômico quanto ao estabelecimento de normas de reciprocidade em relações transacionais contribui para a vulnerabilidade aumentada das jovens à infecção por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis. O engajamento em relações de natureza exclusivamente “transacional” constitui para muitas jovens mulheres na região sua principal fonte de renda diante de um contexto percebido com poucas oportunidades de trabalho e emprego para as jovens e de fragilidades nas redes de suporte social e familiar.

Mas a identificação de elementos definidores e distintivos seja de “sexo transacional” ou de “sexo comercial” torna-se difícil e ao mesmo tempo necessária considerando que a grande maioria das intervenções em prevenção de HIV/Aids na região são dirigidas a “trabalhadoras sexuais” ou a jovens envolvidas em sexo comercial. O uso dessa categoria



pode não se mostrar efetivo para acessar essas mulheres e transmitir mensagens de prevenção em HIV/Aids na região, tampouco o de “sexo transacional”, terminologia não conhecida no senso comum, ainda que o elemento transacional perpassasse todo e qualquer relacionamento afetivo-sexual marcado, em sua grande maioria, por relevante iniquidade de gênero que contribui, consideravelmente, para a vulnerabilidade dessas jovens mulheres ao HIV/Aids.

Diante desse contexto, antes de se produzir mensagens direcionadas novamente a “grupos” considerados de maior risco engajados em práticas nomeadas pelo discurso técnico-científico como “sexo transacional” ou “comercial”, talvez seja mais adequado, tanto do ponto de vista sócio-cultural quanto epidemiológico, conduzir intervenções dirigidas aos adolescentes e jovens, homens e mulheres da região, de forma indistinta. Ao abordar mais diretamente o risco do não uso de condom enquanto um elemento de transação nessas relações seria possível estabelecer outra dinâmica no processo de trocas entre essas jovens e seus parceiros visando a redução de sua vulnerabilidade. Além disso, intervenções no plano contextual e não comportamental, voltadas ao empoderamento econômico e social dessas jovens como melhorar o acesso à educação, a programas de geração de renda e acesso ao trabalho formal, podem contribuir para que o engajamento em relações de natureza transacional/comercial não seja tributário da falta de expectativas e de oportunidades de ganho financeiro de forma autônoma.

Bibliografia

- Angola. Ministério da Saúde (2008). *Relatório Nacional de Vigilância Epidemiológica em VIH e sífilis em Angola, 2007*.
- Ayres JR et al. (1999). *Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids*. In: Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder. RM. Barbosa & Parker, R. (Orgs). Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed.34, 1999



Cáceres, C (2004). *La epidemiología, el SIDA y la Sexualidad: Las persistent Brechas entre la Policía Sanitaria y la Promoción de La Ciudadanía em Salud Sexual*. In: *Ciudadania Sexual em America Latina: Abriendo El debate*. Aggleton, P. & Cáceres, CF (Orgs.) Peru: Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004

Caldwell JC, Caldwell P & Quiggin P (1989). The social context of Aids in sub-Saharan Africa. *Population and development Review*. 15(2): 185-232.

Carrara S. (1994). Aids e doenças venéreas no Brasil. In: *Aids e Sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas*. Loyola, MA (Org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 1994.

Carrier, J (1991). Gifts, Commodities, and Social Relations: A Maussian View of exchange. *Sociol Forums*, 6 (1):119-136.

Chatterji M, Murray N, London D et al. (2005). The factors influencing transactional sex among young men and women in 12 sub-Saharan African countries. *Soc Biol*; 52(1-2):56-72.

Cropanzano, R., & Mitchell, M. S. (2005). Social Exchange Theory: An interdisciplinary review. *Journal of Management*; 31(6): 874-900.

De Zalduondo B (1991). Prostitution viewed cross-culturally: Toward recontextualizing sex work in AIDS international research. *J Sex Res* 1991; 28: 223-248

Dunkle KL et al. (2010). Economically motivated relationships and transactional sex among unmarried African American and white women: results from a U.S. national telephone survey. *Public Health Rep*. 2010; 125 Suppl 4:90-100.

Dunkle KL, Jewkes R, Nduna M, et al. (2007). Transactional sex with casual and main partners among young South African men in the rural Eastern Cape: prevalence, predictors, and associations with gender-based violence. *Soc Sci Med*. 2007; 65(6):1235-48.

Dunkle KL, Jewkes RK, Brown HC, et al. (2004). Transactional sex among women in Soweto, South Africa: prevalence, risk factors and association with HIV infection. *Soc Sci Med*; 59(8):1581-92.

Gisselquist, D. (2004). Impact of long-term civil disorders and wars on the trajectory of HIV epidemics in sub-Saharan Africa. *J Soc Aspects HIV/Aids*; 2004; 1(2): 114-127



Gregson S et al. (2002). Sexual mixing patterns and sex-differentials in teenage exposure to HIV infection in rural Zimbabwe. *Lancet*; 359(9321):1896-903. Erratum in: *Lancet* 2002;360(9339):1102.

Hoefinger, H (2010). *Negotiating Intimacy: transactional sex and relationships among Cambodian professional girlfriends*. PhD Thesis, Goldsmiths. [Thesis]: Goldsmiths Research Online.

Hunter M (2002). The Materiality of Everyday Sex: thinking beyond “prostitution”. *African Studies*; 61(1): 99-120.

Kaufman CE & Stavrou ES (2004). “Bus fare please”: the economics of sex and gifts among young people in urban South Africa. *Culture, Health, Sexuality*; 6(5): 377-391.

Luke N & Kurz K (2002). *Cross-Generational and Transactional Sexual Relations in Sub-Saharan Africa: Prevalence of Behavior and Implications for Negotiating Safer Sexual Practices*. ICRW; PSI.

Luke N (2005). Confronting the 'Sugar Daddy' Stereotype: Age and Economic Asymmetries and Risky Sexual Behavior in Urban Kenya. *Int Fam Plann Persp*; 31(1):6-14.

Lyttleton C, Amarapibal A (2002). Sister cities and easy passage: HIV, mobility and economies of desire in a Thai/Lao border zone. *Soc Sci Med*; 54(4): 505-18.

Mauss, M (2008, [1950]). *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70,

Namíbia, Ministry of Health and Social Services (2008). *Report on the 2008 National HIV Sentinel Survey*.

Price JE & Cates W. (2007). Sex worker studies: The science, semantics, and politics of targeting our HIV prevention response. *Sex Trans Dis*, 38(5): 395-7.

Sampaio, Camila, Pinho, Adriana (2011). *Identidades e estigma entre mulheres na região de fronteira internacional entre Angola e Namíbia*. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Agosto, 2011.

Shelton, J. (2009). Why multiple sexual partners. *The Lancet*; 374(1): 367-8

Stillwaggon E. (2003). Racial Metaphors. Interpreting sex and Aids in Africa. *Develop and Change*. 34(5): 809-835.

Swidler A & Watkins SC (2006). *Ties of Dependence: AIDS and Transacional Sex in Rural Malawi*. California Center for Population Research On-Line Working Paper Series.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

XI Congresso luso

Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – GT 46 - Prostituição e trocas econômico-sexuais no mundo luso-afro-brasileiro

UNAIDS (2010). *Global report: UNAIDS report on the global AIDS epidemic 2010*.
Disponível em: < <http://www.unaids.org/globalreport/>>

Viveiros de Castro E. ; Araújo, RB. (1977). “Romeu e Julieta e a origem do Estado” In
Velho, Gilberto (Org.) *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro:
Jorge Zahar.

Wyrod R et al. Beyond Sugar Daddies: Intergenerational Sex and AIDS in Urban
Zimbabwe. *AIDS Behav.* 2010 Sep 2. [Online publication]